



## REQUERIMENTO DE PEDIDO DE:

- *ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO*
- *RESTRIÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO*

## DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL

( nº \_\_\_\_\_ SM )

**Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra**

(nome do requerente) \_\_\_\_\_

titular do alvará sanitário nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, licença de utilização nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ residente

em (Rua, Avª) \_\_\_\_\_ (nº/lote)

\_\_\_\_\_ (andar) \_\_\_\_\_ (localidade) \_\_\_\_\_ (cód. postal)

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, Freguesia de \_\_\_\_\_ com o telefone

/ telemóvel nº \_\_\_\_\_, fax nº \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_ nascido em

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, portador do Bilhete de identidade / Cartão de cidadão / Passaporte nº \_\_\_\_\_

emitido em \_\_\_\_\_ válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, Contribuinte nº \_\_\_\_\_,

vem na qualidade de:

☐ Elemento dos Corpos Gerentes

☐ Mandatário

☐ Empresário em nome Individual

☐ Administração de Condomínio (aplicável nos casos de pedido de restrição)

☐ Outro (especificar) \_\_\_\_\_

Designação da Sociedade (caso aplicável) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

NIPC (caso aplicável) \_\_\_\_\_ Código de acesso à constituição da Sociedade (caso aplicável)

\_\_\_\_\_ vem na qualidade de (proprietário / explorador) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ do estabelecimento (tipo de estabelecimento)

\_\_\_\_\_ (nome do estabelecimento)

\_\_\_\_\_ sito em (Rua, Avª)

\_\_\_\_\_ (nº/lote)

\_\_\_\_\_ (andar) \_\_\_\_\_ (localidade) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (cód. postal) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_,

Freguesia de \_\_\_\_\_ com o telefone nº \_\_\_\_\_ e fax nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_ requerer a Vª Exª (escolha opção):

☐ Data de entrada da mera comunicação do horário: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

☐ Alargamento do horário de funcionamento das \_\_\_\_\_ H para as \_\_\_\_\_ H

No período de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

Para o alargamento de horário (2º e 3º Grupo), devem-se encontrar preenchidos cumulativamente, os seguintes requisitos:

1. Razões de ordem turística ☐, cultural ☐ ou outra ☐ \_\_\_\_\_

Justifique: \_\_\_\_\_

2. O alargamento do horário não constitui, comprovadamente, motivo perturbador da segurança, tranquilidade e repouso dos cidadãos ☐

3. O estabelecimento situa-se em zona predominantemente residencial ou em edifício constituído em propriedade horizontal onde se situem habitações Sim ☐ Não ☐

Se optou pela opção **Sim**, juntar:

- a. ☐ Declaração do condomínio ou os dos moradores, consoante o caso a autorizarem o alargamento do horário;
- b. ☐ Relatório de avaliação acústica, por empresa certificada pelo IPAC.

☐ - Restrição do horário das \_\_\_\_\_ H para as \_\_\_\_\_ H (*fundamentar*)

Autorizo que as notificações referentes a este pedido sejam efetuadas por Via Eletrónica para o endereço \_\_\_\_\_ @ \_\_\_\_\_

Pede Deferimento


Sintra, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

O Requerente,

IMP.PS.01.208.04

Conferi os documentos: (*assinatura legível*):

Categoria:

 <p><b>SINTRA</b> CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO</b> <b>REGº SM</b> _____</p> <p><b>ASSUNTO: ALARGAMENTO / RESTRIÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL</b> (<i>riscar o que não interessa</i>)</p> <p>Assinatura do Funcionário: _____</p> <p>Categoria: _____ Data: ____/____/____</p>
---	---

**Instruções****Juntar:**

- ☐ Exibir Bilhete de Identidade/ passaporte, cartão de contribuinte ou cartão do cidadão

**Notas:**

- No caso de **peessoas coletivas** deve ser apresentado documento onde se verifique a legitimidade de quem tem poderes para assinar;
- Na qualidade de **mandatário**, deve juntar procuração;
- Na qualidade de **explorador** deve apresentar contrato de exploração ou declaração do proprietário em como autoriza a exploração do estabelecimento (neste caso deve trazer o Bilhete de Identidade do declarante ou fotocópia do B.I.)
- Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do artº 10º da Lei 67/98 de 26.10.1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. - Lei da Proteção de Dados Pessoais.

**Direito à Informação**

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente e sua inserção na Base de Dados de Controlo de Estabelecimentos Comerciais do Concelho.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente até despacho por parte do decisor político. Após esse momento qualquer alteração implica apresentação de novo pedido.

**Base Legal:**

- DL 48/96 de 15 de Maio, republicado pelo DL 48/2011 de 01 de abril e Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Município de Sintra, a